

Recursos para pagamento de juros da dívida atingem R\$ 13 bilhões, inflados, principalmente, por dividendos pagos ao Tesouro por bancos estatais. Gastos do governo crescem 29% e prejudicam meta deste ano

Um superávit extraordinário

VICENTE NUNES
DA EQUIPE DO CORREIO

O superávit primário, economia que o setor público faz para pagar juros da dívida, atingiu R\$ 13,1 bilhões no mês passado, o melhor resultado para o mês de agosto desde 1991, quando o Banco Central passou a fazer esse tipo de levantamento. Mas, apesar de expressivo, o número não impressionou os analistas. Muito viram com preocupação o fato de tal resultado ter decorrido de receitas extraordinárias — pagamento de dividendos ao Tesouro Nacional por bancos estatais, principalmente — e não por uma queda mais acentuada das despesas do governo federal. “Na foto, realmente o superávit primário foi muito bonito. Mas quando se avalia a sua qualidade, o quadro muda por completo. É preocupante”, disse Solange Srour, economista-chefe da Mellon Global Investments.

Solange sabe do que fala. Além de o Banco do Brasil e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) terem transferido R\$ 2,9 bilhões ao governo federal em forma de di-

videndos, pouco mais da metade do superávit de R\$ 5,1 bilhões registrado pelo conjunto das empresas estatais (federais, estaduais e municipais) foi registrado por meio de uma operação atípica. A Companhia Energética de São Paulo (Cesp) fez uma emissão de ações no valor de R\$ 2,8 bilhões. Não fosse esse dinheiro, o bloco das companhias controladas pelos estados teria déficit, e não o superávit histórico de R\$ 2,3 bilhões. “Estamos falando de receitas extraordinárias, não recorrentes”, afirmou a economista da Mellon.

O que causa mais preocupação, ressaltou Solange, é que o governo está contando com esse tipo de receita para cumprir a meta de superávit de 2007. “No Orçamento encaminhado ao Congresso, o governo estimou que receberá R\$ 13 bilhões em dividendos das estatais. Trata-se de uma quantia exagerada, que pode não se confirmar, caso a economia cresça abaixo do esperado e as empresas não lucrem o previsto”, assinalou.

R\$ 15 bi em juros

Segundo Marcelo Mello, vice-presidente da Sul América Inves-

timentos, a fragilidade do superávit primário fica mais evidente quando se avalia o saldo acumulado entre janeiro e agosto, de R\$ 75,9 bilhões. Nesse período, o governo federal recebeu cerca de R\$ 6,5 bilhões em dividendos de estatais (três vezes mais do que nos oito primeiros meses de 2005), que inflaram os resultados. Para piorar, as despesas cresceram 29% ante um incremento de apenas 5% das receitas. “Se os gastos do governo continuarem crescendo nessa proporção, ficará mais difícil o país cumprir a meta de superávit de 4,25% do PIB”, disse Mello. No acumulado dos 12 meses terminados em agosto, o superávit ficou em 4,47% do PIB. “O resultado de 2006 já está dado. O problema é o próximo ano”, acrescentou.

Tudo esforço extra do governo para fazer superávit primário não foi, porém, suficiente para pagar os juros da dívida pública. Em agosto, essa conta chegou a R\$ 15,5 bilhões. Ou seja, descontada a economia de R\$ 13,1 bilhões, sobrou um buraco de R\$ 2,4 bilhões, o que os economistas chamam de déficit nominal. Em relação a julho, os gastos com juros aumen-

taram 18%, a despeito da queda da taxa básica (Selic), que atingiu o pico de 19,10% em 12 meses em janeiro e caiu para 16,92% no mês passado. O chefe do Departamento Econômico do Bando Central, Altamir Lopes, disse que ainda levará um bom tempo para que a redução da Selic seja sentida na conta de juros.

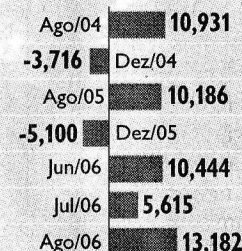
O motivo, explicou ele, foi a mudança no perfil da dívida pública. A participação dos títulos corrigidos pela Selic no total do endividamento diminuiu bastante, ficando em 46% ante os 55% de outubro do ano passado. Em compensação, aumentou o volume de papéis com taxas prefixadas, de menos de 20% para 32% do total da dívida. Como esses títulos têm prazos de vencimentos superiores a um ano, embutem os riscos do passado, ou seja, juros mais altos. “À medida que esses papéis forem vencendo e com a continuidade da queda da Selic, a conta de juros cairá muito”, frisou Altamir. “O importante é que os títulos prefixados permitem uma melhor gestão do endividamento público.”

SÓ NO VERMELHO (Em R\$ bilhões)

Apesar de todo o superávit primário, que bateu recorde em agosto, o setor público como um todo registra déficit depois de pagar os juros da dívida

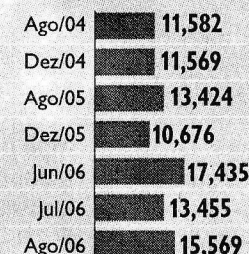
Superávit primário

Governo economiza para pagar juros...



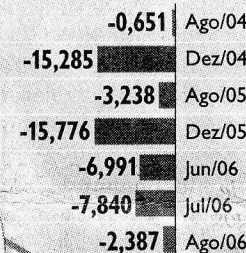
Juros da dívida

...mas esse custo é alto demais...



Resultado nominal*

...e todos os meses falta dinheiro para fechar a conta



* Superávit primário menos os juros da dívida

Fonte: Banco Central